

MENSAGEM	
Nº da mensagem	566182
Mês/Ano pagamento	10/2025
Situação	Divulgado
Órgão de origem	17500 - MIN GESTAO E INOV EM SERV PUBLICOS
UORG de origem	
Assunto	Consolidação de normas e orientações sobre reposições ao erário.
Motivo	Atualização da base normativa relacionada ao tema, e consolidação de normas e orientações, com vistas à uniformização de entendimentos e procedimentos no âmbito do Sipec.
Data de divulgação	03/10/2025
Data fim da divulgação	02/11/2025

DESTINATÁRIOS	
Órgão	Uorg
Todos	Todas

#### TEXTO \*

Senhoras e Senhores Dirigentes de Gestão de Pessoas,

Com o intuito de uniformizar procedimentos e entendimentos envolvendo o tema reposição ao erário, solicita-se que os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec passem a observar as orientações e esclarecimentos constantes do Ofício Circular SEI nº 1870/2025/MGI (<https://legis.sigepe.gov.br/legis/detalhar/24705>), da Nota Técnica SEI nº 27289/2025/MGI (<https://legis.sigepe.gov.br/legis/detalhar/24700>) e da Nota Informativa SEI nº 30638/2025/MGI (<https://legis.sigepe.gov.br/legis/detalhar/24701>).

O Ofício Circular SEI nº 1870/2025/MGI apresenta a síntese dos entendimentos alcançados na Nota Técnica SEI nº 27289/2025/MGI, a qual consolidou normas e orientações sobre as reposições ao erário. Por sua vez, a Nota Informativa SEI nº 30638/2025/MGI traz as atualizações promovidas na base normativa disponibilizada no portal Sigepe Legis sobre o tema.

Os documentos destacam os entendimentos e procedimentos atualmente prevalentes no Sipec acerca:

- (i) da legislação e das normas de pessoal aplicáveis;
- (ii) das hipóteses de dispensa da reposição e dos requisitos exigidos;
- (iii) das competências atribuídas aos órgãos setoriais e seccionais do Sipec no tocante à reposição de pagamentos indevidos ao erário;
- (iv) dos procedimentos a serem adotados para a reposição de pagamentos indevidos ao erário;
- (v) de quando é dispensada a anuência da pessoa devedora para desconto em folha de pagamento e quando ela é exigida;
- (vi) de quando é devida e possível a inscrição do débito na Dívida Ativa da União – DAU;
- (vii) de quando não é possível a inscrição do débito na DAU e quais providências devem ser adotadas nesses casos;
- (viii) da possibilidade de reunião de débitos de reposição para alcançar o valor mínimo estipulado para o ajuizamento de ação judicial;
- (ix) das normas ou orientações já emitidas pelo órgão central do Sipec acerca da realização de reposições (nos moldes da ON nº 5/2013) e de descontos; e
- (x) do entendimento em relação ao abandono de evento de capacitação custeado pela União.

Ressalte-se que esta Secretaria está trabalhando na atualização da Orientação Normativa Segep/MP nº 5/2013, com o objetivo de incorporar os entendimentos e procedimentos mais atualizados. Até a divulgação do novo normativo, os integrantes do Sipec deverão observar as orientações contidas na Nota Técnica SEI nº 27289/2025/MGI.

Atenciosamente.

Secretaria de Relações de Trabalho

Diretoria de Benefícios, Previdência e Atenção à Saúde

Coordenação-Geral de Benefícios e Vantagens Pecuniárias

DADOS DE LEITURA	
Número de Mensagens Divulgadas	30102
Número de Mensagens Lidas	65 (0,00%)